

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009 - NÚMERO QUARENTA E UM:-----

Aos dezanove dias do mês de Agosto do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, no Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Vanda Cristina Lopes Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, José Carlos Viegas Ferreirinha, Mário Manuel Pereira Peixinho e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, eram dezoito horas.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número , datado de dezoito de Agosto de dois mil e nove, que acusa um saldo disponível de um milhão, sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos.-----

ACTAS:-----

A acta da reunião de câmara de trinta e um de Julho de dois mil e nove, foi aprovada por maioria com uma abstenção da Presidente da Câmara, por não ter estado presente.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomou a palavra o Vereador Mário Pereira, referindo-se ao projecto de classificação da Cultura Avieira como Património Municipal, no âmbito do projecto liderado pelo Instituto Politécnico de Santarém, assunto que foi discutido em Assembleia Municipal mas que nunca chegou a ser aprovado em Reunião de Câmara. O Vereador afirmou ter tido conhecimento de que o Projecto tinha sido aprovado pelas entidades com ele colaborantes e que a Câmara de Alpiarça se tinha demitido dele, no que o Vereador considera ter sido um erro, já que o projecto é do interesse do Concelho e a Câmara poderia ter aproveitado, à semelhança de outras Autarquias, o apoio comunitário para este projecto. O Vereador quis saber se se confirmava o que acabou de dizer e, assim sendo, que motivos levaram a esta tomada de posição.-----

O Vereador continuou, referindo-se ao pretenso atraso no pagamento de subsídios ao Rancho Folclórico, que remontará ao ano 2008 e à primeira metade do ano 2009, o que lhes está a causar enormes dificuldades.-----

O Vereador chamou a atenção para um arame que deverá ter servido para as iluminações de Natal, situado na rua Óscar Monteiro Torres, ligando uma parede a uma palmeira e que estará a ferir a árvore. O Vereador sugeriu que se colocasse borracha à volta para evitar a pressão sobre o tronco.-----

O Vereador fez outra chamada de atenção para o entulho que terá ficado da demolição das barracas entre a Gouxa e a Gouxaria, junto à Estrada Nacional.-----

Para terminar, o Vereador evocou a queixa de um cidadão que concorreu a um

concurso para o lugar de Assistente Operacional num serviço da Autarquia e que questiona a alteração do concurso com este já a decorrer e a forma como decorreu a sua entrevista, pedindo nova audiência. O Vereador pretendia tomar conhecimento do que se passou neste caso concreto.-----

O Vereador Mário Peixinho tomou a palavra para questionar sobre a alegada recolha de assinaturas dentro do edifício da Câmara para uma lista de candidatura às eleições Autárquicas, o que constitui uma ilegalidade. O Vereador manifestou a sua total discordância com este procedimento.-----

Voltou a evocar o problema dos beirados que pingam sobre o passeio, na construção em frente ao Mercado, na Rua José Relvas. Segundo afirmou, o problema persiste embora a obra avance e caminhe rapidamente para a sua conclusão.-----

O Vereador Ferreirinha afirmou ter notificado a empresa responsável, declarando que a Câmara não emitiria a licença até serem colocados os algerozes.-----

Por último, o Vereador Mário Peixinho alertou para as valetas e bermas da Estrada do Campo, que carecem de limpeza.-----

A Presidente começou por responder à questão das assinaturas para as candidaturas, afirmando e reiterando o desconhecimento do caso e declarando que por isso não poderia confirmar ou negar a veracidade do relato. Afirmou ainda que, em todo o caso, não concorda com o procedimento.-----

Em relação ao concurso, a Presidente admitiu ainda não ter visto o processo, muito embora a Dr.^a Maria do Céu, Chefe de Divisão, já lhe ter chamado a atenção para o assunto. Adiantou, contudo, que se iniciou muito naturalmente o processo de reclamação que seguirá todos os trâmites previstos para estes casos. O júri responderá às questões evocadas pelo contestante num prazo de dez dias e daí poderão advir outros procedimentos. Entretanto a resposta do júri chegará ao conhecimento do Vereador Mário Pereira. Relativamente à alegada alteração do regulamento do Concurso, a Presidente afirmou que se inteiraria da questão e informaria o Vereador.-----

No que toca ao Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça, a Presidente disse preocupar-se sempre com o pagamento dos subsídios a esta associação, acrescentando que não tem conhecimento de que hajam subsídios a pagar relativos ao ano 2008. Revelou ter recebido um representante da instituição no atendimento ao público e de o ter reencaminhado para a sua Secretária no sentido de esta o ajudar na elaboração do pedido de subsídio que fazem todos os anos, uma vez que ainda o não tinham feito.-----

Sobre a Cultura Avieira, a Presidente deduz que o Vereador se estaria a reportar a uma notícia publicada na imprensa e, para que não se esteja a falar sem conhecimento de causa, comprometeu-se em trazer o dossier desse assunto à próxima reunião de Câmara.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

VÁRIOS:-----

- Ratificação da Proposta do Plano de Acção do Contrato Local de Desenvolvimento Social do Concelho de Alpiarça.-----

Relativamente a este ponto, interveio o Vereador Mário Pereira, que revelou terem-lhe surgido algumas dúvidas durante a leitura do documento. Aquando da inicial tomada de conhecimento do protocolo falava-se da necessidade de se proceder a um diagnóstico social a partir do qual se elaboraria esta proposta de plano de acção, pelo que supõe que esse mesmo diagnóstico esteja agora na base do documento em discussão. Pretende saber em que consistiria ao certo esse diagnóstico e, tratando-se de outro documento que não aquele apresentado, gostava igualmente de tomar conhecimento do mesmo, bem como saber quem está na sua origem e execução.-----

Num dado ponto do documento fala-se das complementaridades das acções e das diversas entidades que com ele colaboram no terreno. O Vereador pretende saber como será desenvolvido este papel de parceria e, concretamente, em que medida essas entidades darão a sua colaboração.-----

Relativamente aos espaços onde decorrerão as acções, o Vereador pretende saber como se irá proceder: será tudo centrado na Fundação José Relvas ou as outras entidades como a Câmara, o Cantinho do Idoso, a CPCJ, etc., também terão a funcionar nos seus espaços algumas das acções?-----

O mesmo no que toca à gestão de recursos humanos relativamente às entidades que cooperarão com a entidade que ficará a coordenar. O Vereador pretende saber como é que estes recursos serão geridos e de que forma serão afectados.-----

Já em relação aos custos inerentes ao projecto, o Vereador manifestou a sua incompreensão para com tão elevados números quando comparados com os modestos objectivos que se propõem atingir, tendo sido classificados pelo Vereador como pouco ambiciosos e acanhados em proporção com os montantes envolvidos. Objectivos que nem sequer são desenvolvidos em exaustão, decorrendo daí algumas dúvidas relativamente aos trâmites da sua execução, especialmente tendo em conta a especial atenção dedicada à orçamentação, que não carece de especificações. O Vereador aludiu inclusivamente para o que lhe parece ser uma exagerada proposta de remuneração para o coordenador do projecto, no que considera tratar-se de um aproveitamento do dinheiro do orçamento de estado para criar clientelas políticas.-----

O Vereador da CDU reforçou assim que a ser aprovado este orçamento, tal situação representaria um atentado à dignidade de muitos profissionais do Concelho, em especial seria ofensivo para os funcionários públicos, referindo-se também aos do

Município, questionando até quanto recebe um Técnico Superior da Autarquia.-----
Mais disse que a legislação prevê inclusivamente que a Câmara possa fazer algumas propostas de alteração antes da ratificação do documento.-----
Para terminar, o Vereador apresentou ainda uma última dúvida. Explicou que o orçamento prevê as remunerações e as despesas em termos de infra-estruturas, viaturas, consumíveis, etc. No entanto irão decorrer acções de formação que envolvem pessoas que supostamente se encontram numa situação de carência ou desemprego. O Vereador pretende saber se estas acções serão objecto de alguma remuneração a atribuir às pessoas que as frequentam, uma vez que no orçamento nada está previsto para essa eventualidade.-----
Interveio de seguida o Vereador Mário Peixinho que acusou uma diferença de cerca de 75.000,00€ em relação ao orçamento inicialmente previsto no protocolo que a Câmara assinou e o orçamento apresentado no Plano em discussão. Pretende por isso saber quem suportará esta diferença.-----
O Vereador Ferreirinha disse concordar que as expectativas que tinha em relação ao protocolado se goraram um pouco com a leitura do Plano agora apresentado, concordando igualmente com o que o Vereador Mário Pereira referiu em relação à desproporção do orçamento quando confrontado com os objectivos a que se propõe, designadamente quanto ao montante afecto a vencimentos.-----
O Vereador Luís Garrotes disse concordar com o referido pelo Vereador Ferreirinha e é da opinião de que a Câmara deveria propor uma alteração ao documento que previsse que o Conselho Local de Acção Social pudesse apresentar anualmente um conjunto de medidas que fossem contempladas por este programa, de maneira a que os problemas identificados pelo Conselho Local de Acção Social pudessem ter resolução efectiva sob a alçada do previsto no mesmo.-----
A Presidente começou por abordar a questão do Diagnóstico Social, que, segundo afirmou, teve de ser respeitado por este Plano de Acção, pelo que o diagnóstico precedeu a elaboração do plano. Esse diagnóstico foi resultado de um trabalho com a duração de um ano, desenvolvido em parceria com todos os elementos da Rede Social, isto é, pelo Conselho Local de Acção Social, cujo núcleo executivo, responsável pelo diagnóstico, era composto por cinco entidades: a Câmara, a Segurança Social, a Fundação José Relvas, a A.R.P.I.C.A. e o Ministério da Educação, aos quais se juntou recentemente, por sugestão da Presidente, um representante do Ministério da Saúde e da CPCJ.-----
Esclareceu também que a Fundação surge como entidade promotora por convite da Câmara, já que é a entidade que se apresenta com uma estrutura maior em termos administrativos e financeiros, capaz de albergar este projecto.-----
O plano agora apreciado foi discutido e aprovado por todos os membros do Núcleo Executivo, quanto ao orçamento foi elaborado pela Fundação José Relvas que não chegou a ser discutido pelo núcleo executivo do CLAS antes de ser remetido ao

CLAS. Pelo que a Presidente, em sede de CLAS apresentou algumas das dúvidas agora colocadas pelos vereadores, como retrata a acta que será distribuída pelos Vereadores.-----

A Presidente afirmou querer que os Vereadores mantivessem presente que este Plano foi aprovado pela segurança social tal como está, não focando, no entanto, também no seu entender, algumas acções concretas que visem de forma mais eficaz o objectivo plasmado no Protocolo.-----

A título de exemplo falou da proposta de criação de um Centro de Empregabilidade, quando já existe um a funcionar na UNIVA, Não havendo necessidade de duplicar este ou outro serviço já prestado pela Autarquia.-----

Quanto a este assunto ficou definido no CLAS que o gabinete a criar funcionaria na sede da UNIVA, uma vez que os Municípios já aqui se deslocam para obter respostas desta natureza. Tal definição foi aceite por unanimidade.-----

Para além disso, a Presidente esclareceu que também ela interrogou a Fundação José Relvas sobre o orçamento e os 78% do mesmo destinados à remuneração de apenas 4 pessoas. A resposta obtida foi no sentido de identificar esses valores como tectos que a segurança social indica para estes casos, sendo que os valores escolhidos correspondem aos tectos máximos.-----

Por consequência, a Presidente remeteu o orçamento para apreciação do Núcleo Executivo.-----

Da parte da A.R.P.I.C.A. que não esteve presente o parecer foi no sentido de questionar os valores apresentados e da vontade de ter esses valores equiparados a outros Concelhos onde se praticam valores inferiores, como é o caso do Concelho de Portalegre.-----

Em face disto, reuniu-se o Núcleo que colocou uma série de questões e dúvidas ao Orçamento, tendo a Presidente lido excertos da acta dessa reunião, onde na mesma se refere que só a Segurança Social votou favoravelmente ao orçamento.-----

Na sequência das questões apresentadas pelos Vereadores e atendendo ao facto de o orçamento não ter sido aprovado em reunião de Núcleo, a Presidente propôs então que o orçamento fosse globalmente alterado, ajustando para valores que sejam adequados à dimensão do nosso Concelho, e bem assim permitindo que o orçamento não seja afecto em cerca de 80% só para pagar salários.-----

Já quanto ao Plano de Acção, a Presidente remeterá para o Núcleo Executivo todas as questões e recomendações que foram levantadas pelos Vereadores, sendo que daqui parte uma solicitação para nova reunião do Núcleo Executivo. Afirmou também concordar com o Vereador Luís Garrotes quando diz que devia ficar claro que uma parte deste orçamento seria afecto a acções concretas de combate à pobreza. Se o Concelho de Alpiarça foi escolhido para este programa por se tratar de uma população envelhecida, então que parte deste orçamento seja afecto a acções concretas de apoio efectivo aos idosos.-----

Ficou então decidido por unanimidade remeter ao Núcleo Executivo as questões e recomendações levantadas nesta reunião tendentes a complementar o plano e rever o orçamento de modo a poder ser ratificado em próxima reunião de Câmara.-----

Em relação à questão do Vereador Mário Peixinho, a Presidente esclareceu ainda que a diferença de orçamento se destina a obras, que no âmbito do Programa serão feitas pela Fundação José Relvas e pagas pela Segurança Social.-----

OBRAS:-----

- Ratificação do Despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara de aprovação do PSS da "Empreitada do Centro Escola de Alpiarça – 1º Ciclo do ensino".-----
Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara exarado no documento em 03/08/2009.-----

- Ratificação do Despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara de aprovação do PSS da "Empreitada de Remodelação e Beneficiação do Museu de Alpiarça – Casa dos Patudos".-----
Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara exarado no documento em 03/08/2009.-----

- MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – Alteração nº. 10.-----
Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente exarado no documento em 31/07/2009.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – Alteração nº 9.-----
Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente exarado no documento em 31/07/2009.-----

INFORMAÇÕES:-----

A Senhora Presidente da Câmara deu conhecimento ao restante executivo, que a Dr^a Luisa Portugal, Directora do Agrupamento de Centros de Saúde, teria informado a Câmara Municipal que o Centro de Saúde de Alpiarça receberia dois médicos de nacionalidade cubana, com vista a reforçar os efectivos existentes, ainda no decorrer do presente mês de Agosto.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Câmara, eram dezanove horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vera Cristina Saturnino Mateiro Garrotes, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----

